



São Paulo, quarta-feira, 15 de março de 2006.

Manual do Síndico

Manual de apoio ao Síndico

A **Greco Seguros** sabendo da responsabilidade que o síndico assume na administração de um condomínio, preparou este material básico e prático que o auxiliará nas atribuições deste cargo.

Contratação do Seguro

A contratação do seguro de um condomínio, é obrigatório de acordo com a Lei Nº 4.591, de 16/12/1964, artigo 13:

“Proceder-se-á ao seguro da edificação ou do conjunto de edificações, neste caso, discriminadamente, abrangendo todas as unidades autônomas e partes comuns, contra incêndio ou outro sinistro que cause destruição no todo ou em parte, computando-se o prêmio nas despesas ordinárias do condomínio.”

O Síndico e o seguro

O cuidado com a Importância Segurada

A responsabilidade da contratação deste seguro com os valores seguráveis e coberturas de acordo com a necessidade do risco, ou seja, atribuindo uma Importância Segurada igual ao valor de reposição dos bens, é exclusiva do Síndico, embora divida a responsabilidade da realização deste seguro com a assembléia.

O artigo 112 do Decreto-Lei Nº 73, de 22/11/1966, prevê uma multa às pessoas que não realizarem os seguros legalmente obrigatórios.

“Será aplicada multa (valor) às pessoas que deixarem de realizar os seguros legalmente obrigatórios, sem prejuízo de outras sanções legais.”

O seguro do SFH

De acordo com a Lei 4380/64, as unidades financiadas pelo Sistema Financeiro de



Habitação (SFH), possuem um seguro obrigatório que cobre além de outras causas, danos físicos ao imóvel.

A vigência deste seguro vai desde a assinatura do contrato de financiamento até a sua quitação.

Portanto, na contratação do Seguro Condomínio, o prêmio deverá ser rateado entre as unidades não vinculadas ao SFH e também do valor total contratado pelo síndico, deve-se deduzir as unidades financiadas.

Permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente

Paulo Greco
Greco Planner Admr Corretora Seguros Ltda
Susep – 10 034994-1
Fone / Fax 11 5072 2065 cel 11 9439 3354



PORTO SEGURO CONDOMÍNIO CONHEÇA AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO

Destinado aos seguintes tipos de Condomínios:

- Condomínios Residenciais
- Condomínios de Escritórios
- Condomínios de Consultórios
- Condomínios Comerciais
- Flat's e Apart-hotéis

Cobertura Básica

Importância Segurada única garantindo prédio, instalações e equipamentos contra:

- Incêndio de qualquer causa ou natureza

Garante danos ao segurado inclusive por incêndios ocorridos fora do local segurado

- Queda de raio no local segurado
- Explosão de qualquer causa ou natureza

Garante danos ao segurado inclusive por explosões ocorridas fora do local segurado

- Fumaça

Coberturas Opcionais

- Vendaval e Impacto de Veículos
- Danos Elétricos
- Responsabilidade Civil do Condomínio
- Responsabilidade Civil Síndico
- Responsabilidade Civil Guarda de Veículos - Simples
- Responsabilidade Civil Guarda de Veículos - Ampla
- Quebra de Vidros
- Subtração de Bens
- Vida e Acidentes Pessoais de Funcionários
- Incêndio, Raio e Explosão do Conteúdo de Aptos

Vantagens do Produto

- Pode ser contratado apenas com a cobertura Básica
- Pagamento em até 12 parcelas
- Pagamento em até 4 cheques sem juros
- Primeira parcela pode ser paga após 30 dias da vigência da apólice
- Desconto de 10% ou 15% Renovações da Porto Seguro sem Sinistro
- Desconto de 5% Renovações de outra companhia sem sinistro
- Desconto de 5% Renovação simplificada
- Desconto de 6% ou 12% por agrupamento de coberturas
- Porto Seguro Serviços gratuito, válido para todo o Brasil

Prestação de serviços emergenciais como reparos hidráulicos, elétricos, segurança e outros

Greco Planner Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Rua Dom Antonio Galvão, 374 - Jardim da Saúde - São Paulo - SP - cep: 04123 - 040 - Fone/fax 5072 2065
Celular 9439 3354 - Site - <http://www.grecoseguros.com.br> - E-mail info@grecoseguros.com.br



Lei 4591 - na Íntegra

Lei nº 4.591 - De 16 de Dezembro de 1964

Título I - Do Condomínio

Capítulo I - Do Condomínio

Art. 1º As edificações, ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não-residenciais, poderão ser alienados, no todo ou em parte, objetivamente considerados, e constituirá cada unidade propriedade autônoma sujeita às limitações desta Lei.

Parágrafo 1º Cada unidade será assinalada por designação especial, numérica ou alfabética, para efeitos de identificação e discriminação.

Parágrafo 2º A cada unidade caberá, como parte inseparável, uma fração ideal do terreno e coisas comuns, expressa sob a forma decimal ou ordinária.

Art. 2º Cada unidade com saída para a via pública, diretamente ou por processo de passagem comum, será sempre tratada como objeto de propriedade exclusiva, qualquer que seja o número de suas peças e sua destinação, inclusive (Vetado) edifício-garagem, com ressalva das restrições que se lhe imponham.

Parágrafo 1º O direito à guarda de veículos nas garagens locais a isso destinados nas edificações ou conjuntos de edificações será tratado como objeto de propriedade exclusiva, com ressalva das restrições que ao mesmo sejam impostas por instrumentos contratuais adequados, e será vinculado à unidade habitacional a que corresponder, no caso de não lhe ser atribuída fração ideal específica do terreno.

Parágrafo 2º O direito de que trata o parágr. 1º deste artigo poderá ser transferido a outro condômino, independentemente da alienação da unidade a que corresponder, vedada sua transferência a pessoas estranhas ao condomínio.

Parágrafo 3º Nos edifícios-garagem, às vagas serão atribuídas frações ideais de terrenos específicas.

Art. 3º O terreno em que se levantaram a edificação ou o conjunto de edificações e suas instalações, bem como as fundações, paredes externas, o teto, as áreas internas de ventilação, e tudo o mais que sirva a qualquer dependência de uso comum dos proprietários ou titulares de direito à aquisição de unidades ou ocupantes, constituirão condomínio de todos, e serão insuscetíveis de divisão, ou de alienação destacada da respectiva unidade. Serão, também, insuscetíveis de utilização exclusiva por qualquer condomínio (vetado).

Art. 4º A alienação de cada unidade, a transferência de direitos pertinentes à sua aquisição e a constituição de direitos reais sobre ele independem do consentimento dos condôminos (Vetado). Parágrafo único. A alienação ou transferência de direitos de que trata este artigo dependerá de prova de quitação das obrigações do alienante para com o respectivo condomínio.

* (O parágrafo 2º do art. 2º, da Lei nº 7.433, de 18.12.8, permite que seja substituída a quitação do síndico pela declaração do alienante, sob as penas da lei, de que inexistente débito para com o condomínio.)

Art. 5º O condomínio por meação de parede, soalhos, e tetos das unidades isoladas, regular-se-á pelo disposto no Código Civil, no que lhe for aplicável.

Art. 6º Sem prejuízo do disposto nesta Lei, regular-se-á pelas disposições de direito comum o condomínio por quota ideal de mais de uma pessoa sobre a mesma unidade autônoma.

Art. 7º O condomínio por unidades autônomas instituir-se-á por ato entre vivos ou por testamento, com inscrição obrigatória no Registro de Imóveis, dele constando: a individualização de cada unidade, sua identificação e discriminação, bem como a fração ideal sobre o terreno e partes comuns, atribuída a cada unidade, dispensando-se a descrição interna da unidade.

Art. 8º Quando, em terreno onde não houver edificação, o proprietário, o promitente-comprador, o cessionário deste ou o promitente-cessionário sobre ele desejar erigir mais de uma edificação, observar-se-á também o seguinte:

em relação às unidades autônomas que se constituírem em casas térreas ou assobradadas, será discriminada a parte do terreno ocupada pela edificação e também aquela eventualmente reservada como de utilização exclusiva

Greco Planner Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Rua Dom Antonio Galvão, 374 - Jardim da Saúde - São Paulo - SP - cep: 04123 - 040 - Fone/fax 5072 2065
Celular 9439 3354 - Site - <http://www.grecoseguros.com.br> - E-mail info@grecoseguros.com.br



dessas casas, como jardim e quintal, bem assim a fração ideal do todo do terreno e de partes comuns, que corresponderá às unidades;

b) em relação às unidades autônomas que constituírem edifícios de dois ou mais pavimentos, será discriminada a parte do terreno ocupada pela edificação, aquela que eventualmente for reservada como de utilização exclusiva, correspondente às unidades do edifício; e ainda a fração ideal do todo do terreno e de partes comuns, que corresponderá a cada uma das unidades;

c) serão discriminadas as partes do total do terreno que poderão ser utilizadas em comum pelos titulares de direito sobre os vários tipos de unidades autônomas;

d) serão discriminadas as áreas que se constituírem em passagem comum para as vias públicas ou para as unidades entre si.

Capítulo II - Da Contravenção de Condomínio

Art. 9º Os proprietários promitentes-compradores, cessionários ou promitentes -cessionários dos direitos pertinentes à aquisição de unidades autônomas, em edificações a serem construídas, em construção ou já construídas, elaborarão, por escrito, a Convenção de Condomínio, e deverão, também por contrato ou por deliberação em assembléia, aprovar o Regimento Interno da edificação ou conjunto de edificações.

Parágrafo 1º Far-se-á o registro da Convenção no Registro de Imóveis, bem como a averbação das suas eventuais alterações.

Parágrafo 2º Considera-se aprovada, e obrigatória para os proprietários de unidades, promitentes-compradores, cessionários e promitentes - cessionários, atuais e futuros, como para qualquer ocupante, a Convenção que reúna as assinaturas de titulares de direitos que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das frações ideais que compõem o condomínio.

Parágrafo 3º Além de outras normas aprovadas pelos interessados, a Convenção deverá conter:

a) a discriminação das partes de propriedade exclusiva, e as de condomínio, com especificações das diferentes áreas;

b) o destino das diferentes partes;

c) o modo de usar as coisas e serviços comuns;

d) encargos, forma e proporção das contribuições dos condôminos para as despesas de custeio e para as extraordinárias;

e) o modo de escolher o Síndico, e o Conselho Consultivo;

f) as atribuições do Síndico, além das legais;

g) a definição da natureza gratuita ou remunerada de suas funções;

h) o modo e o prazo de convocação das assembléias gerais dos condôminos;

i) o quorum para os diversos tipos de votações;

j) a forma de contribuição para constituição de fundo de reserva.

l) a forma e o quorum para as alterações de convenção;

m) a forma e o quorum para a aprovação do Regimento Interno quando não incluídos na própria Convenção.

Parágrafo 4º - No caso de conjunto de edificações, a que se refere o art. 8º, a Convenção de Condomínio fixará os direitos e as relações de propriedade entre os condôminos das várias edificações, podendo estipular formas pelas quais se possam desmembrar a alienar porções do terreno, inclusive as edificadas.

Art. 10º É defeso a qualquer condômino:

I- alterar a forma externa da fachada;

II- decorar as partes e esquadrias externas com tonalidades ou cores diversas das empregadas no conjunto da edificação;

III- destinar a unidade à utilização diversa da finalidade do prédio, ou usá-la de forma nociva ou perigosa ao sossego, à salubridade e à segurança dos demais condôminos;

IV- embaraçar o uso das partes comuns.

Parágrafo 1º O transgressor ficará sujeito ao pagamento de multa prevista na convenção ou no regulamento do condomínio, além de ser compelido a desfazer a obra ou abster-se da prática do ato, cabendo, ao síndico, com

Greco Planner Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Rua Dom Antonio Galvão, 374 - Jardim da Saúde - São Paulo - SP - cep: 04123 - 040 - Fone/fax 5072 2065
Celular 9439 3354 - Site - <http://www.grecoseguros.com.br> - E-mail info@grecoseguros.com.br



autorização judicial, mandar desmancha-la, à custa do transgressor, se este não a desfizer no prazo que lhe for estipulado.

Parágrafo 2º O proprietário ou titular de direito à aquisição de unidade, poderá fazer obra que (Vetado) ou modifique sua fachada, se obtiver a aquiescência da unanimidade dos condôminos.

Art. 11º Para efeitos tributários, cada unidade autônoma será tratada como prédio isolado, contribuindo o respectivo condômino, diretamente, com as importâncias relativas aos impostos e taxas federais, estaduais e municipais, na forma dos respectivos lançamentos.

Capítulo III - Das Despesas do Condomínio

Art. 12º Cada condômino concorrerá nas despesas do condomínio, recolhendo, nos prazos previstos da Convenção, a quota-parte que lhe couber em rateio.

Parágrafo 1º Salvo disposição em contrário da Convenção, a fixação da quota no rateio corresponderá à fração ideal do terreno de cada unidade

Parágrafo 2º Cabe ao síndico arrecadar as contribuições, competindo-lhe promover, por via executiva*, a cobrança judicial das quotas atrasadas.

*(O CPC prescreve atualmente a cobrança pela via sumaríssima - art. 275, H, e)

Parágrafo 3º O condômino que não pagar a sua contribuição no prazo fixado na Convenção fica sujeito ao juro moratório de 1% ao mês, e multa de até 20% sobre o débito, que será atualizado, se o estipular a Convenção, com a aplicação dos índices de correção monetária levantados pelo Conselho Nacional de Economia, no caso de mora por período igual ou superior a seis meses.

Parágrafo 4º As obras que interessarem à estrutura integral da edificação ou conjunto de edificações, ou ao serviço comum, serão feitas com o concurso pecuniário de todos os proprietários ou titulares de direito à aquisição de unidades, mediante orçamento prévio aprovado em assembléia geral, podendo incumbir-se de sua execução o síndico, ou outra pessoa, com aprovação da assembléia.

Parágrafo 5º A renúncia de qualquer condômino aos seus direitos, em caso algum valerá como escusa para exonerá-lo de seus encargos.

Capítulo IV - Do Seguro, do Incêndio, da Demolição e da Reconstrução Obrigatória

Art. 13º Proceder-se-á ao seguro da edificação ou do conjunto de edificações, neste caso, discriminadamente abrangendo todas as unidades autônomas e partes comuns, contra incêndio ou outro sinistro que cause destruição no todo ou em parte, computando-se o prêmio nas despesas ordinárias do condomínio.

Parágrafo único. O seguro de que trata este artigo será obrigatoriamente feito dentro de 120 dias, contados da data da concessão do "habite-se", sob pena de ficar o condomínio sujeito à multa equivalente a 1/12 (um doze avos) do imposto predial, cobrável executivamente pela Municipalidade.

Art. 14º Na ocorrência de sinistro total, ou que destrua mais de 2/3 (dois terços) de uma edificação, seus condôminos reunir-se-ão em assembléia especial, e deliberação sobre a sua reconstrução ou venda do terreno e materiais, por quorum mínimo de votos que representem metade mais uma das frações ideais do respectivo terreno.

Parágrafo 1º Rejeitada a proposta de reconstrução, a mesma assembléia ou outra para este fim convocada, decidirá, pelo mesmo quorum, do destino a ser dado ao terreno, e aprovará a partilha do valor do seguro entre os condôminos, sem prejuízo do que receber cada um pelo seguro facultativo de sua unidade.

Parágrafo 2º Aprovada, a reconstrução será feita, guardados, obrigatoriamente, o mesmo destino, a mesma forma externa e a mesma disposição interna.

Parágrafo 3º Na hipótese do parágrafo anterior, a minoria não poderá ser obrigada a contribuir para a reedificação, caso em que a maioria poderá adquirir as partes dissidentes, mediante a avaliação judicial, feita em vistoria.

Art. 15º Na hipótese de que trata o parágr. 3º do artigo antecedente, à maioria poderão ser adjudicadas, por sentença, as frações ideais da minoria.



Parágrafo 1º Como condição para o exercício da ação prevista neste artigo, com a inicial, a maioria oferecerá e depositará, à disposição do Juízo, as importâncias arbitradas na vistoria para avaliação, prevalecendo as de eventual desempatador.

Parágrafo 2º Feito o depósito de que trata o parágrafo anterior, o juiz, liminarmente, poderá autorizar a adjudicação à maioria, e a minoria poderá levantar as importâncias depositadas; o Oficial de Registro de Imóveis, nestes casos, fará constar do registro que a adjudicação foi resultante de medida liminar.

Parágrafo 3º Feito o depósito, será expedido o mandado de citação, com prazo de dez dias para a contestação (vetado).

Parágrafo 4º Se não contestado, o juiz, imediatamente, julgará o pedido.

Parágrafo 5º Se contestado o pedido, seguirá o processo o rito ordinário.

Parágrafo 6º Se a sentença fixar valor superior ao da avaliação feita na vistoria, o condomínio em execução restituirá à minoria a respectiva diferença acrescida de juros de mora à razão de 1% ao mês, desde a data da concessão da eventual liminar, ou pagará o total devido, com juros da mora a contar da citação.

Parágrafo 7º Transitada em julgado a sentença, servirá ele de título definitivo para a maioria, que deverá registrá-la do Registro de Imóveis.

Parágrafo 8º A maioria poderá pagar e cobrar da minoria, em execução de sentença, encargos fiscais necessários à adjudicação definitiva a cujo pagamento se recusar a minoria.

Art. 16º Em caso de sinistro que destrua menos de dois terços da edificação, o síndico promoverá o recebimento do seguro e a reconstrução ou os reparos nas partes danificadas.

Art. 17º Os condôminos que representem, pelo menos 2/3 (dois terços) do total de unidades isoladas e frações ideais correspondente a 80% (oitenta por cento) do terreno e coisas comuns, poderão decidir sobre a demolição e reconstrução do prédio, ou sua alienação, por motivos urbanísticos ou arquitetônicos, ou, ainda, no caso de condenação do edifício pela autoridade pública, em razão de sua insegurança e insalubridade.

Parágrafo 1º A minoria não fica obrigada a contribuir para as obras, mas assegura-se à maioria o direito de adquirir as partes dos dissidentes, mediante avaliação judicial, aplicando-se o processo previsto no artigo 15.

Parágrafo 2º Ocorrendo desgaste, pela ação do tempo, das unidades habitacionais de uma edificação que deprecie seu valor unitário em relação ao valor global do terreno onde se acha construída, os condôminos, pelo quorum mínimo de votos que representem 2/3 (dois terços) das unidades isoladas e frações ideais correspondentes a 80% (oitenta por cento) do terreno e coisas comuns, poderão decidir por sua alienação total, procedendo -se em relação à minoria na forma estabelecida no artigo 15 e seus parágrafos, desta Lei.

Parágrafo 3º Decidida por maioria a alienação do prédio, o valor atribuído à quota dos condôminos vencidos será correspondente ao preço efetivo e, no mínimo, à avaliação prevista no parágr. 2º, ou, a critério desses, o imóvel localizado na área próxima ou adjacente com a mesma área útil de construção.

Art. 18. A aquisição parcial de uma edificação ou de um conjunto de edificações, ainda que por força de desapropriação, importará no ingresso do adquirente no condomínio, ficando sujeito às disposições desta lei, assim às da Convenção do Condomínio e do Regulamento Interno.

Capítulo V - Utilização da Edificação ou do Conjunto de Edificações

Art. 19. Cada condômino tem o direito de usar e fruir, com exclusividade, de sua unidade autônoma, segundo suas conveniências e interesses, condicionados, umas e outros, a normas de boa vizinhança, e poderá usar as partes e coisas comuns, de maneira a não causar dano ou incômodo aos demais condôminos ou moradores, nem obstáculos ou embaraço ao bom uso das mesmas partes por todos.

Parágrafo único. (Vetado). .

Art. 21. A violação de qualquer dos deveres estipulados na Convenção sujeitará o infrator à multa fixada na própria Convenção ou no Regimento Interno, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que, no caso, couber.

Parágrafo único. Compete ao síndico a iniciativa do processo e a cobrança da multa, por via executiva, em benefício do condomínio, e, em caso de omitir-se ele, a qualquer condômino.

Capítulo VI - Da Administração do Condomínio

Greco Planner Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Rua Dom Antonio Galvão, 374 - Jardim da Saúde - São Paulo - SP - cep: 04123 - 040 - Fone/fax 5072 2065
Celular 9439 3354 - Site - <http://www.grecoseguros.com.br> - E-mail info@grecoseguros.com.br



Art. 22. Será eleito, na forma prevista pela Convenção, um síndico do condomínio, cujo mandato não poderá exceder de 2 anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º Compete ao síndico:

-) representar, ativa e passivamente, o condomínio, em juízo ou fora dele, e praticar os atos de defesa dos interesses comuns, nos limites das atribuições conferidas por esta Lei ou pela Convenção;
- b) exercer a administração interna da edificação ou do conjunto das edificações, no que respeita à sua vigilância, moralidade e segurança, bem como os serviços que interessam a todos os moradores;
- c) praticar os atos que lhe atribuírem as leis, a Convenção ou no Regimento Interno;
- d) impor as multas estabelecidas na Lei, na Convenção ou no Regimento Interno;
- e) cumprir e fazer cumprir a Convenção e o Regimento Interno, bem como executar a fazer executar as deliberações da assembléia;
- f) prestar contas à assembléia do condomínio;
- g) manter guardada o prazo de cinco anos, para eventuais necessidades de verificação contábil. Toda a documentação relativa ao condomínio. s de benfeitorias e nela não esteja presente o proprietário do imóvel, ou seu procurador.

Parágrafo 2º As funções administrativas podem ser delegadas a pessoas de confiança do síndico, e sob a sua interia responsabilidade, mediante aprovação da assembléia geral dos condôminos.

Parágrafo 3º A Convenção poderá estipular que dos atos do síndico caiba recurso para a assembléia, convocada pelo interessado.

Parágrafo 4º Ao síndico, que poderá ser condômino ou pessoa física ou jurídica estranha ao condomínio, será fixada a remuneração pela mesma assembléia que o eleger, salvo se a Convenção dispuser diferentemente.

Parágrafo 5º O síndico poderá ser destituído, pela forma e sob as condições previstas na Convenção, ou, no silêncio desta pelo voto de dois terços dos condôminos, presentes, em assembléia geral de 2 anos, permitida a reeleição.

Art. 23. Será eleito, na forma prevista na Convenção, um Conselho Consultivo, constituído de três condôminos, com mandatos que não poderão exceder de 2 anos, permitida a reeleição. Parágrafo único. Funcionará o conselho como órgão consultivo do síndico, para assessorá-lo na solução dos problemas que digam respeito ao condomínio, podendo a Convenção definir suas atribuições específicas.

Capítulo VII - Da Assembléia Geral

Art. 24. Haverá, anualmente, uma assembléia geral ordinária dos condôminos, convocada pelo síndico na forma prevista na Convenção, à qual compete, além das demais matérias inscritas na ordem do dia, aprovar, por maioria dos presentes, as verbas para as despesas do condomínio, compreendendo as de conservação da edificação ou conjunto de edificações, manutenção de seus serviços e correlatas.

Parágrafo 1º As decisões da assembléia, tomadas, em cada caso, pelo quorum que a Convenção fixar, obrigam todos os condôminos.

Parágrafo 2º O síndico, nos oito dias subseqüentes à assembléia, comunicará aos condôminos o que estiver sido deliberado, inclusive no tocante a previsão orçamentária, o rateio das despesas, e promoverá a arrecadação, tudo na forma que a Convenção prever.

Parágrafo 3º Nas assembléias gerais, os votos serão proporcionais às frações ideais do terreno e partes comuns, pertencentes a cada condômino, salvo disposição diversa da Convenção.

Parágrafo 4º Nas decisões da Assembléia que envolvam despesas ordinárias do condomínio, o locatário poderá votar, caso o condômino-locador a ela não compareça.

Art. 25. Ressalvado o disposto no parágr. 3º do art. 22, poderá haver assembléias gerais extraordinárias, convocadas pelo síndico ou por condôminos que representem um quarto, no mínimo, do condomínio, sempre que o exigirem os interesses gerais.

Parágrafo único. Salvo estipulado diversa da Convenção, esta só poderá ser modificada em assembléia geral extraordinária, pelo voto mínimo de condôminos que representem 2/3 do total das frações ideais.

Art. 26 (Vetado)

Greco Planner Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Rua Dom Antonio Galvão, 374 - Jardim da Saúde - São Paulo - SP - cep: 04123 - 040 - Fone/fax 5072 2065
Celular 9439 3354 - Site - <http://www.grecoseguros.com.br> - E-mail info@grecoseguros.com.br



Art. 27. Se a Assembléia não se reunir para exercer qualquer dos poderes que lhe competem, 15 dias após o pedido de convocação, o Juiz decidirá a respeito, mediante requerimento dos interessados.